

“Governo enfrenta um impasse sério e grave”

por Milton Wells
de Porto Alegre

14 JAN 1987

GAZETA MERCANTIL

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Luiz Octávio Vieira, confessou ontem o seu desalento em relação à política econômica do governo. Ele se considera incapaz de sugerir qualquer alternativa para a substituição da escala móvel dos salários, e observa que qualquer solução que se venha a adotar deverá ser respaldada pela sociedade civil. “O governo enfrenta um impasse sério e grave”, disse a este jornal. “E toda a mudança deverá ser conduzida de forma política, com a concordância do Congresso, dos sindicatos representantes dos trabalhadores e dos meios de produção.”

César Rogério Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), é mais eloquente. Afirma que o decreto-lei que instituiu o ‘gatilho’ deve ser cumprido, mas depois de acondido, através de novo decreto o governo deveria implantar no País como política salarial a negociação entre as partes. “O governo deve arcar com as consequências das regras do jogo e deixar a economia seguir livremente as leis do mercado”, sustenta Valente. Para ele, o abono salarial é um dispositivo equivocado, e trará, no mínimo, “uma triste lembrança, pois foi graças ao abono de 8%, em fevereiro, que tivemos o superaquecimento da demanda durante o Plano Cruzeiro I”.

O empresário gaúcho reitera sua exigência de um

corte dos gastos públicos, insistindo que o déficit é o principal fator responsável pelo recrudescimento das taxas reais de juros internos.

“Com os juros nos atuais patamares, a atividade produtiva se retrai e o jogo da especulação financeira recomeça para valer”, afirma. A quase totalidade das empresas, conforme o empresário, já está tomando providências de maneira a restringir suas atividades, quase não operando na contratação de empréstimos para capital de giro. “Há um enxugamento natural, devido aos juros, o que prenuncia uma nova recessão”, avverte Valente.

Abramo Mozer, diretor-financeiro da Companhia Hering, de Blumenau (SC), entende que o ‘gatilho’ se constitui numa política salarial prejudicial, tanto para os empresários como para os empregados. Afirma que a idéia partiu do pressuposto de uma inflação de 1,5% ao mês, o que se torna anacrônico, na medida em que há evidências de novo recrudescimento do ciclo inflacionário. “Com a manutenção do gatilho é evidente que seguiremos céleres rumo à recessão”, afirma.

Para ele, a alternativa capaz de substituir a atual política salarial, com a vantagem de preservar ganhos salariais, seria a adoção da semestralidade, com índices de inflação passada e futura, acrescidos de produtividade. “Seria uma forma mais aperfeiçoada do sistema utilizado no passado pelo governo Castelo Branco, com o atenuante de não alimentar a inflação”, argumenta.